

Costa Couto: novos problemas na renegociação.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ontem que a redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos, decidida domingo pela Comissão de Sistematização da Constituinte, vai criar aos negociadores da dívida externa brasileira muitas dificuldades adicionais para cumprir a segunda etapa das negociações, a partir de dezembro. Costa Couto afirmou que Sarney, nesta primeira etapa do seu governo, teve de se dedicar mais às questões de natureza política, tais como a realização de eleições diretas para prefeitos de capitais, duração de seu mandato e a forma de governo (parlamentarismo ou presidencialismo). A partir de agora, o presidente Sarney considera iniciada a última fase de seu governo, quando dará prioridade absoluta ao cumprimento de metas físicas, quer sociais, quer econômicas.

O ministro entende que a duração do mandato presidencial — decisão que ainda será submetida ao plenário da Constituinte — não vai provocar alterações nos rumos da política econômica do governo. Para o ministro, esta política já está definida, e tudo o que se tem a fazer agora é concentrar



Costa Couto prevê dificuldades extras

esforços para o seu cumprimento. Destaca, entretanto, que o encurtamento do mandato presidencial vai criar uma série de dificuldades adicionais para a execução da política do governo e, em particular, para a negociação da dívida externa. O governo brasileiro vai partir para a segunda rodada de negociações em busca de um acordo plurianual da dívida externa do País. Sabe, contudo, que os negociadores vão encontrar dificuldades extras, pois seu horizonte de tem-

po fica encurtado, e os credores mais apreensivos com o futuro.

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, disse que “espera” que os bancos credores não alterem sua postura em relação à renegociação da dívida externa, depois da redução do mandato de Sarney. “Da minha parte não haverá problemas. Espero que na deles também não.” Bresser comentou que não haverá nenhum atraso na renegociação depois da decisão da Comissão de Sistematização. “De qualquer forma, o presidente tem muito tempo ainda de governo, e o problema da dívida é de curto prazo.”

O ministro foi reticente quando perguntado sobre as consequências para a renegociação da dívida caso o parlamentarismo entre em vigor em 15 de março de 1988. Disse esperar que “se mude este prazo, caso o parlamentarismo seja mesmo implantado. Precisamos de mais tempo para a elaboração de leis complementares”. Apesar do aparente otimismo do ministro, seus assessores estão preocupados com o aumento da indefinição política e econômica para o próximo ano, até que o plenário da Constituinte defina o futuro do País.